



7º

RELATÓRIO ANUAL

DO

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO

DOS

JULGADOS DE PAZ

Referente a 31 de Dezembro de 2007

Aprovado na sessão de 28 de Maio 2008

Destinado a comunicação à Assembleia da República e ao Governo
e a inserção no site deste Conselho



I

INSTITUIÇÃO SÓLIDA

De tal modo a instituição radica na vivência cívica concreta, que constitui um exemplo da positiva interacção entre a experiência e a normatividade.

Naturalmente, tem de haver uma base legal para algo que é uma instituição jurisdicional.

Mas o próprio núcleo da jurisdição enraíza na História e, esta, tão secular, vai beber a origem dos Julgados de Paz à espontaneidade gerada pelas necessidades do Povo. Esta raiz evidenciada pela História passa, no nosso tempo, pela racionalidade da revisão constitucional do final do século XX (1997) e pela unanimidade legal parlamentar da aurora do século XXI (Lei n.º 78/2001, de 13.07). Com a lei que recriou os Julgados de Paz, praticamente nasceu este Conselho, empossado e trabalhando desde Agosto de 2001. Dos 10 Conselheiros que, inicialmente, o constituíram, restam, passados cerca de 7 anos, dois. Mas, com uns ou com outros, o ideal tem sido, sempre, o mesmo: concorrer para que, humana e firmemente, o Estado se esforce por dar resposta ao direito fundamental de todos os cidadãos portugueses, à Justiça.

Íamos dizendo que a instituição Julgados de Paz tem uma significativa vertente de interacção entre a vida e a normatividade.

Com efeito, se a norma recriou os Julgados de Paz em 2001 – depois de a Constituição de República os ter viabilizado no elenco dos Tribunais do País: art.º 209º, n.º 2 – caldeando a experiência secular com a modernidade que nos era apresentada por tantos outros Países, onde a instituição existia e existe, com larga implementação, embora diferentes modelos existenciais; face à escassa normatividade que, a propósito, se nos depara; é curioso constatar que tem sido necessário criar orientações de conduta na base dos princípios legais, interpretando-os e aplicando-os actualisticamente e, deste modo, ir vivenciando o que, em muitos casos, sendo corolário da actual normatividade, poderão ser embriões de nova normatividade.

Como quer que seja, é bom que tenhamos uma perspectiva certa acerca da escassez da legislação. Tal escassez não é, necessariamente, negativa. Em muitos casos, pelo contrário. Assumimos que, designadamente, o mínimo de normas processuais que existe é, por princípio, um bem inestimável. As experiências multifacetadas dizem-nos que um dos



grandes males que muitos outros Tribunais enfrentam é o excesso de regulamentarismo processual. Claro que onde existe menos normatividade, maior é a responsabilidade na assunção de corolários dos princípios legais. Daí um significativo número de deliberações orientadoras, deste Conselho, sempre no respeito pelos princípios legais, altamente conveniente para colaboração com os Srs. Juízes de Paz – que, por estarem na instituição, têm sido, os grandes **bandeirantes** no terreno, levando os Julgados de Paz aos cidadãos utentes que são a única razão de ser dos Julgados de Paz.

Esta acção do Conselho decorre da harmonização de umas tantas disposições normativas, desde o n.º 3 do art.º 217 da CRP, aos arts. 2º, 25º, 29º e 65º, n.º 3 da Lei n.º 78/2001, aos arts. 8º e 9º do C.Civil, etc.

O Conselho está a fazer, neste momento, um trabalho do tipo colectânea deste tipo de deliberações **genéricas**, divididas em dois campos fundamentais: disposições regulamentares (regulamento interno do Conselho; regulamento de nomeações de Juízes de Paz; regulamento de avaliações; regulamentos dos Juízes de Paz coordenadores); deliberações e decisões, também genéricas, mas ocasionais.

E valha a verdade que se acrescente que, as mais das vezes, este tipo de deliberações e decisões devem-se porque são suscitadas – e muito bem – por Srs. Juízes de Paz; ou por situações de que, em concreto, o Conselho se vai apercebendo directamente.

Íamos falando do direito fundamental à Justiça, que assiste a todos os cidadãos portugueses (art.º 20º da CRP).

Radizando na necessidade de resposta a este direito a causa-final dos Julgados de Paz, nisto não pode haver qualquer dúvida ou qualquer hesitação, sejam quais forem as dificuldades e venham de onde vierem.

Convictos, desde a fase experimental, acerca dos méritos da instituição, não podemos deixar de enfrentar quaisquer dificuldades, com paciência mas, também, com a firmeza que a segurança das convicções gera.

Naturalmente, o êxito de qualquer instituição depende, essencialmente, de 3 factores:

- no princípio está, decerto, o acerto dos objectivos;
- depois, o factor humano constitui, seguramente, elemento constitutivo essencial na sintonia **sine qua non** com os objectivos comuns, em qualidade e rentabilidade;
- finalmente, nada se consegue se não houver suficientes meios logísticos.



Os objectivos estão traçados.

Os Tribunais portugueses estão elencados no art.º 290º da CRP.

Sendo, a Justiça, um dever fundamental do Estado de Direito Democrático e, os Tribunais, por definição, Órgãos de Soberania, natural é que os Tribunais sejam Órgãos de Estado, incumbidos de prestar Justiça em nome do Povo (art.º 202º da CRP), organizados e geridos nos moldes prescritos por cada um dos três números do art.º 217º da CRP, conforme o tipo de Tribunal.

É verdade que os Tribunais Arbitrais têm uma vertente privatística significativa, mas sem prejuízo da supervisão do Estado. E os Julgados de Paz têm, **na sua criação**, uma secular vertente autárquica mas, instalados, são Órgãos do Estado, geridos conforme o n.º 3 do art.º 217º da CRP, por isso que não estão estruturados nem nos moldes dos judiciais, nem nos moldes dos administrativos/fiscais.

A competência material dos Julgados de Paz decorre, designadamente, do art.º 9º da Lei n.º 78/2001, em harmonia com o sentido unívoco da ordem jurídica reflectida, em especial, no n.º 1 do art.º 211º da CRP, no art.º 67º da Lei n.º 78/2001, no art.º 66º do CPC, no n.º 1 do art.º 18º da Lei n.º 3/99, de 13.01 e, **the last but not the least**, no princípio constitucional da igualdade, de que é corolário a certeza de que uma parte processual não deve estar dependente da vontade da outra.¹

Ainda que este Conselho seja de Acompanhamento **dos Julgados de Paz** (cfr. nºs 1 e 3 do art.º 65º da Lei n.º 78/2001), a sua acção tem, especialmente, a ver com os Juízes de Paz (n.º 3 do art.º 217º da CRP e art.º 25º da Lei n.º 78/2001).

Neste campo, em termos genéricos, continuámos a constatar o cumprimento dos especiais deveres da Justiça de Proximidade, apesar de alguns Juízes de Paz terem necessidade de se desdobrar por mais de um Julgado de Paz, aguardando-se para muito brevemente o termo do 2º concurso/curso para Juízes de Paz que vai permitir alargar o número de Juízes de Paz como é adequado em face do desenvolvimento da rede de Julgados de Paz. Para além das naturais necessidades actuais, aguarda-se, para meados

¹ - Cfr. voto da Conselheira Maria dos Prazeres Beleza no Acórdão do S.T.J. de 24.05.2007, Proc. 881/2007, DR. 1ª série de 25.07.2007; e Ac. da Rel. De Lisboa de 12.07.2007, Proc. 6403/2007-6, entre muitos outros anteriores àquele.



de 2008, a instalação dos 4 Julgados de Paz criados em 2007², e espera-se a criação e instalação, ainda em 2008, de mais 4.

Simultaneamente, iniciaram-se, em 2007, as diligências de avaliação formal de Julgados de Paz/Juízes de Paz, começando pelos 4 Julgados de Paz instalados em 2002.

A avaliação é normal a toda a Função Pública e, por isso, também teria de ocorrer nos Julgados de Paz. Aliás, também aqui a experiência que vai sendo adquirida vai justificando acertos de procedimentos e de conclusões. Ninguém é infalível, mormente nas primeiras abordagens. O **nó górdio** das avaliações não está na atribuição de notas classificativas, que relevariam se houvesse progressão em carreira ou em escala salarial (v.g. art.º 3 n.º 2 da Lei 15/2006, de 26.04). O importante é, muito mais, apurar, **in loco**, o funcionamento institucional e a adaptação humana aos princípios da Justiça de Proximidade, essencial nos Julgados de Paz.

O facto de o acompanhamento do **funcionamento**, para além de sempre se basear no n.º 3 do art.º 217º da CRP e no art.º 25º da Lei n.º 78/2001, ter sede privilegiada no n.º 3 do art.º 65º da Lei n.º 78/2001, e de a literalidade desta norma estar desactualizada, levam-nos a uma palavra sobre a Lei n.º 78/2001, de 13.07 (Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz).

Decerto qualquer jurista minimamente sabedor sabe que **ler a lei é uma coisa, interpretá-la e aplicá-la é outra**. Portanto, para este efeito, temos de assumir, designadamente, uma perspectiva actualista para conhecermos o pensamento legislativo, hoje, de normas feitas a pensar numa fase inicial.

Contudo, tenha-se presente que a Lei n.º 78/2001 é uma boa lei, sintética, clara, fácil de entender e aplicar.

E, mais.

Grande parte da generalidade do que a Lei N.º 78/2001 prescreve veio para ficar, quer sobre os Julgados de Paz em geral, quer acerca, designadamente, de mediação em especial. Quando, hoje, tanto se fala em mediação, às vezes parece esquecer-se que foram

2 - Julgados de Paz de: Agrupamento de concelhos de Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva e Trancoso; Agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar; Agrupamento de Concelhos de Palmela e Setúbal; e Odivelas



os Julgados de Paz e a acertada conjugação com jurisdição e, portanto, acção jurisdicional, que deram visibilidade e proporcionaram êxitos à mediação intrajurisdicional.

Mas o tempo vai passando.

A Lei n.º 78/2001 deve, a nosso ver, permanecer, até porque constitui um marco fundamental na instituição e – não é demais enfatizá-lo – decorreu de unanimidade da Assembleia da República. Os Julgados de Paz unem!

Mas, dizíamos, o tempo vai passando. E, na constante interacção entre a vida e a lei, tudo aconselha a intervenções **cirúrgicas** na Lei n.º 78/2001, que façam reflectir, nela, o que resulta do saber de experiência feito. Por exemplo, os art.ºs 41 e 59, n.º 3 prestam-se a atitudes dilatórias contrárias à linearidade e à celeridade processual, bem como à regra salutar do Juiz **natural**. Há que ponderar a sua revogação. Outras situações justificam, igualmente, intervenção prioritária.

Já em algumas ocasiões este Conselho fez propostas concretas para revisão da Lei n.º 78/2001. Neste momento, o Conselho está, de novo, a estudar o assunto e, oportunamente, apresentará aos Órgãos de Soberania um acervo de situações pontuais carentes de revisão.

Ao falarmos de lei, já estamos a referir meios de que os Julgados de Paz, como qualquer outra instituição, tem necessidade de se servir.

Claro que, a outro nível, mas de facto com idêntica necessidade, há outros meios igualmente necessários, desde as instalações à aparelhagem informática e toda a outra imensidade de elementos sem os quais a rentabilidade pode não ser a adequada.

Ainda que essas condicionantes tenham a ver mais com outros Agentes do sistema, o Conselho tem estado atento às necessidades e tem intervindo sempre que pode ser útil.

Neste momento, há dificuldade de instalações em dois Julgados de Paz mas, se tocamos neste assunto é porque, positivamente, ele revela uma sintonia de preocupações das Entidades com competência na matéria e, portanto, são dificuldades que, decerto, serão removidas, o que permitirá dar mais um passo em frente.

A conclusão que reflectimos em anteriores relatórios anuais é a que mantemos:

Os Julgados de Paz constituem uma instituição, solidamente, estruturada e enraizada. **Os seus contornos gerais, que têm provado bem, não merecem ser alterados.** Obviamente, **nenhuma** obra humana estará terminada ou perfeita. As obras



humanas dividem-se em inúteis e em aperfeiçoáveis. Esta é aperfeiçoável, não porque não é boa mas, justamente, porque o é.

Este Conselho continuará a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que a instituição Julgados de Paz continue a servir os cidadãos portugueses tão bem quanto possível.



II

A ESTATÍSTICA

Observações

Já o temos dito e repetimos:

A Justiça não se quantifica. Qualifica-se.

Mas não há relatório sem estatística ...

Portanto, os Serviços de Apoio deste Conselho, com a colaboração dos Srs. Juízes de Paz, elaboraram, relativamente a 31 de Dezembro de 2007, uma análise tão completa quanto possível, que constitui a IIIª Parte deste Relatório, à qual fazemos as observações que seguem.

Para se aferir uma evolução estatística, devem ser considerados os números globais e não tanto situações parcelares, ainda que algumas tenham mais relevância do que outras. Há, aliás, questões pontuais que explicam algumas diferenças estatísticas.

Muito significativa é a circunstância de uma instituição ainda muito mal conhecida e dispersa, ter tido, até 31.12.2002, uma entrada de 337 processos e, até 31 de Dezembro de 2007, 18.206.

É certo que se foi passando de 4 Julgados de Paz em 2002, para 16 em 2007. **Multiplicando-se, porém, 337 por 4 vezes mais, encontrar-se-ia, apenas, 1.348. Ora, a entrada em 2007, não foi de 1.348 processos. Foi de 6002.**

Da mesma forma quanto a processos findos, em 2002, o número foi 286. Quatro vezes mais dariam 1.144. Ora, em 2007, os processos findos não foram 1.144; mas, sim 5.282. Naturalmente, a estatística não diz tudo. Mas, se é um índice, que o seja.

Relativamente aos quadros percentuais, constata-se, designadamente, que em 2006 (ano das mais recentes instalações de Julgados de Paz) o aumento de processos entrados foi de 44% e o aumento de processos findos foi de 43%. Em 2007, para um aumento de 18% de entradas, houve um aumento de 17% de findos, o que continua a ser bom, considerando a reestruturação que tem vindo a fazer-se num dos Julgados de Paz mais movimentados do País, o do Porto, onde colocaremos, muito brevemente, o necessário reforço de Juízes de Paz. São as dificuldades desse Julgado de Paz que, realmente, motiva que consideremos a eficácia global de resolução de 88% em 2007, **realmente** um resultado



ainda melhor do que os 88% de 2006. A eficácia de resolução tem andado, sempre acima dos 80%, desde os 85% de 2002, aos 88% de 2007.

Por outro lado, se tivemos noção do tempo normal de demora de pendência de processos na generalidade dos Tribunais, temos de considerar **excepcionalmente bons** os tempos **médios** de pendência em Julgados de Paz.

Naturalmente, tudo depende das circunstâncias porque um processo não se resolve metendo-o numa máquina e aguardando que um qualquer mecanismo produza o seu termo.

É por isso que consideramos muito bom o tempo real **médio global** de 66 dias de pendência em 2007, apesar e sem deixar de considerar a maior delonga no Julgado de Paz do Porto, que teve de ser, inevitavelmente, reestruturado, tem tido imensa entrada de processos e carência de meios humanos, assunto que tem motivado constantes atenções deste Conselho e **está em vias de obter solução definitiva**. De todo o modo, repete-se, só quem não tenha ideia da panorâmica geral jurisdicional é que deixará de considerar o tempo de pendência, nos Julgados de Paz, **notavelmente positivo**. Ele deve-se ao esforço e à capacidade de todos quantos trabalham nos Julgados de Paz.

Finalmente, veja-se a importância da Justiça de concordância, levando a significativos resultados quanto a processos findos por mediação e conciliação que, em 2007, atingiram a percentagem global, respectivamente, de 26,30% e de 17,08%, relativamente ao total dos processos findos. Não se podendo deixar de considerar que, se fosse eliminada a rubrica de findos por “outros motivos” (inutilidades, remessas, etc.), aquelas percentagens subiriam. Em 2007, teríamos findos por mediação: 36,07%; por conciliação: 23,42%; por julgamento: 40,51%. Seriam as percentagens dos efectivamente resolvidos em termos de fundo, e não de forma.

Como temos dito, o ponto mais “fraco” dos Julgados de Paz consiste em serem, ainda, poucos. Mas este é um problema que desaparecerá com o tempo, face ao reconhecimento da generalidade dos utentes que a instituição vai tendo, e ao estudo sobre implementação em todo o País, gradativamente.



III

Estatística dos Julgados de Paz Global e Individualizada
Reportada a 31.12.2007

Julgado de Paz de Lisboa

Data de instalação: 21 – 01 – 2002

Processos Entrados em 2002 – 119

Processos Entrados em 2003 – 181

Processos Entrados em 2004 – 449

Processos Entrados em 2005 – 552

Processos Entrados em 2006 – 798

Processos Entrados em 2007 – 916

Total de Processos entrados – 3015

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-----%	52%	148%	23%	45%	15%

Processos findos por:

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mediação	22	55	100	112	152	176
Conciliação	28	55	139	198	255	256
Julgamento	19	35	81	108	147	206
Outros motivos	21	22	65	101	194	198
Total	90	167	385	519	748	836

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-----%	86%	131%	35%	44%	12%

Processos pendentes em:

31.12. 2002	21.12. 2003	31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
24	38	93	124	153	236

Recursos em 2007: 11 interpostos, com conhecimento de 2 decisões proferidas e 1 recurso provido em 2007

Total de recursos desde a instalação: 42 interpostos, com conhecimento de 18 decisões proferidas. Destes: 8 Providos e 4 foram-no apenas parcialmente.

Duração média: 58 dias



Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de instalação: 22 – 01 – 2002

Processos Entrados em 2002 – 55

Processos Entrados em 2003 – 107

Processos Entrados em 2004 – 99

Processos Entrados em 2005 – 98

Processos Entrados em 2006 – 151

Processos Entrados em 2007 – 241

Total de Processos entrados – 751

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-----%	95%	-7%	-1%	54%	60%

Processos findos por:

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mediação	26	36	28	27	28	41
Conciliação	8	8	14	6	15	17
Julgamento	13	47	40	58	65	74
Outros motivos	2	13	14	12	31	46
Total	49	104	96	103	139	178

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-----%	112%	-8%	7%	35%	28%

Processos pendentes em:

31.12. 2002	31.12. 2003	31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
6	9	12	7	19	84

Recursos em 2007: 1 ainda sem decisão

Total de recursos desde a instalação 6 dos quais 3 não providos, sendo que 3 ainda não têm decisão.

Duração média: 40 dias



Julgado de Paz do Seixal

Data de instalação: 01 – 02 – 2002

Processos Entrados em 2002 – 87
 Processos Entrados em 2003 – 152
 Processos Entrados em 2004 – 281
 Processos Entrados em 2005 – 336
 Processos Entrados em 2006 – 431
 Processos Entrados em 2007 – 445
Total de Processos entrados – 1.732

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-----%	75%	85%	20%	28%	3%

Processos findos por:

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mediação	20	30	57	66	70	65
Conciliação	19	40	72	84	122	116
Julgamento	26	31	70	93	94	136
Outros motivos	12	26	77	93	113	125
Total	77	127	276	336	399	442

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-----%	65%	117%	22%	19%	11%

Processos pendentes em:

31.12. 2002	31.12. 2003	31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
10	35	40	40	72	75

Recursos em 2007: 2 recursos, ambos, legalmente, não admissíveis.

Total de recursos desde a instalação: 14 – dois quais 2 providos, não se sabendo a decisão dos restantes

Duração média: 51 dias



Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de instalação: 27 – 02 – 2002

Processos Entrados em 2002 – 76
 Processos Entrados em 2003 – 257
 Processos Entrados em 2004 – 806
 Processos Entrados em 2005 – 945
 Processos Entrados em 2006 – 1055
 Processos Entrados em 2007 – 949
Total de Processos entrados – 4.088

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-----%	238%	214%	17%	12%	-10%

Processos findos por:

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mediação	28	103	275	322	284	225
Conciliação	18	26	59	67	97	110
Julgamento	16	31	188	236	236	263
Outros motivos	8	23	145	201	322	278
Total	70	183	667	826	939	876

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-----%	161%	264%	24%	14%	- 7%

Processos pendentes em:

31.12. 2002	21.12. 2003	31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
6	80	219	338	327	422

Recursos em 2007: 8 recursos,

Total de recursos desde a instalação: 30, dos quais 4 providos, mais 1 provido parcialmente e 6 não providos, desconhecendo-se as decisões sobre os restantes.

Duração média: 70 dias



Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 37

Processos Entrados em 2005 – 68

Processos Entrados em 2006 – 66

Processos Entrados em 2007 – 89

Total de Processos entrados – 260

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	84%	-3%	35%

Processos findos por:

Ano	2004	2005	2006	2007
Mediação	17	25	26	31
Conciliação	4	12	9	3
Julgamento	8	21	24	45
Outros motivos	2	5	6	12
Total	31	63	65	91

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	103%	3%	40%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
6	11	12	10

Recursos em 2007: 0

Total de recursos desde a instalação: 1, não provido

Duração média: 36 dias



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de instalação: 22 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 90
 Processos Entrados em 2005 – 162
 Processos Entrados em 2006 – 187
 Processos Entrados em 2007 – 259
Total de Processos entrados – 698

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	80%	15%	39%

Processos findos por:

Ano	2004	2005	2006	2007
Mediação	28	33	24	35
Conciliação	9	26	47	40
Julgamento	18	63	64	111
Outros motivos	17	38	29	75
Total	72	160	164	261

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	122%	2,5%	59%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
18	20	43	41

Recursos em 2007: 1 recurso

Total de recursos desde a instalação: 7 – dos quais 3 foram providos, 7 não providos e 2 ainda não têm decisão.

Duração média: 46 dias



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de instalação: 08 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 70

Processos Entrados em 2005 – 98

Processos Entrados em 2006 – 127

Processos Entrados em 2007 – 128

Total de Processos entrados – 423

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	40%	30%	1%

Processos findos por:

Ano	2004	2005	2006	2007
Mediação	15	18	24	20
Conciliação	6	14	10	15
Julgamento	21	36	42	51
Outros motivos	13	30	27	40
Total	55	98	103	126

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	78%	5%	22%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
15	14	38	40

Recursos em 2007: 10 recursos, sendo que desistência de 1 recurso e deserção em 1 recurso, por falta de alegações, providos 2

Total de recursos desde a instalação: 17 – 4 dos quais providos e 1 não provido, desconhecendo-se decisões dos restantes

Duração média: 61 dias



Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 66

Processos Entrados em 2005 – 50

Processos Entrados em 2006 – 49

Processos Entrados em 2007 – 43

Total de Processos entrados – 208

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	-24%	-2%	-12%

Processos findos por:

Ano	2004	2005	2006	2007
Mediação	39	28	14	19
Conciliação	7	12	5	6
Julgamento	8	6	17	13
Outros motivos	5	8	9	3
Total	59	54	45	41

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	-8%	-17%	-9%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
7	3	7	9

Recursos em 2007: 0

Total de recursos desde a instalação: 0

Duração média: 38 dias



Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 16

Processos Entrados em 2005 – 17

Processos Entrados em 2006 – 19

Processos Entrados em 2007 – 47

Total de Processos entrados – 99

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	6%	12%	147%

Processos findos por:

Ano	2004	2005	2006	2007
Mediação	4	1	4	10
Conciliação	0	0	0	5
Julgamento	11	16	13	23
Outros motivos	0	0	1	8
Total	15	17	18	46

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	13%	6%	156%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
1	1	2	3

Recursos em 2007: 0

Total de recursos desde a instalação: 0

Duração média: 39 dias



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de instalação: 05 – 04 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 175

Processos Entrados em 2005 – 254

Processos Entrados em 2006 – 279

Processos Entrados em 2007 – 312

Total de Processos entrados – 1020

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	45%	10%	12%

Processos findos por:

Ano	2004	2005	2006	2007
Mediação	40	62	105	72
Conciliação	39	81	61	74
Julgamento	21	76	99	112
Outros motivos	11	29	35	53
Total	111	248	300	311

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	123%	21%	4%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
64	70	49	50

Recursos em 2007: 4, dos quais 2 não foram admitidos

Total de recursos desde a instalação: 6, não se conhecendo a decisão

Duração média: 78 dias



Julgado de Paz do Porto

Data de instalação: 15 – 04 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 423

Processos Entrados em 2005 – 915

Processos Entrados em 2006 – 1143

Processos Entrados em 2007 – 1090

Total de Processos entrados – 3571

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	116%	25%	-10%

Processos findos por:

Ano	2004	2005	2006	2007
Mediação	86	203	178	187
Conciliação	50	79	195	89
Julgamento	53	154	316	159
Outros motivos	85	252	384	363
Total	274	688	1.073	798

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	151%	56%	-26%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	2007
141	373	452	744

Recursos em 2007: 10, tendo sido negado provimento a 8 processos.

Total de recursos desde a instalação: 39, tendo sido negado provimento a 14, decisão desfavorável em 2 aguarda-se decisão nos restantes.

Duração média: 223 dias



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso

Data de instalação: 17 – 05 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 21

Processos Entrados em 2005 – 45

Processos Entrados em 2006 – 30

Processos Entrados em 2007 – 53

Total de Processos entrados – 149

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	114%	-33%	77%

Processos findos por:

Ano	2004	2005	2006	2007
Mediação	12	17	9	16
Conciliação	0	2	6	9
Julgamento	5	15	15	25
Outros motivos	2	2	4	6
Total	19	36	34	56

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006	2007
-----%	89%	-17%	87%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006	31.12.2007
2	11	7	4

Recursos em 2007: 0

Total de recursos desde a instalação: 1 – não provido

Duração média: 29 dias



Julgado de Paz de Trofa

Data de instalação: 07 – 03 – 2006

Processos Entrados em 2006 – 44

Processos Entrados em 2007 – 89

Total de Processos entrados – 133

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2006	2007
-----%	102%

Processos findos por:

Ano	2006	2007
Mediação	11	28
Conciliação	6	22
Julgamento	7	23
Outros	6	10
motivos	6	10
Total	30	83

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2006	2007
-----%	177%

Processos pendentes em:

31.12. 2006	31.12.2007
15	21

Recursos em 2007: 0

Total de recursos desde a instalação: 1 – não provido

Duração média: 47 dias



Julgado de Paz de Sintra

Data de instalação: 15 – 03 - 2006

Processos Entrados em 2006 – 584

Processos Entrados em 2007 – 855

Total de Processos entrados – 1439

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2006	2007
-----%	46%

Processos findos por:

Ano	2006	2007
Mediação	181	342
Conciliação	26	64
Julgamento	82	185
Outros		131
motivos	61	
Total	350	722

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2006	2007
-----%	106%

Processos pendentes em:

31.12. 2006	31.12.2007
235	367

Recursos em 2007: 2 recursos interpostos, 1 provido

Total de recursos desde a instalação: 3, desconhecendo-se a solução

Duração média: 120 dias



Julgado de Paz de Coimbra

Data de instalação: 28 – 03 - 2006

Processos Entrados em 2006 – 127

Processos Entrados em 2007 – 178

Total de Processos entrados – 305

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2006	2007
-----%	40%

Processos findos por:

Ano	2006	2007
Mediação	34	45
Conciliação	18	42
Julgamento	28	63
Outros		23
motivos	19	
Total	99	173

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2006	2007
-----%	75%

Processos pendentes em:

31.12. 2006	2007
28	33

Recursos em 2007: 1, com provimento

Total de recursos desde a instalação: 1

Duração média: 53 dias



Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Data de instalação: 28 – 11 - 2006

Processos Entrados em 2006 – 10

Processos Entrados em 2007 – 305

Total de Processos entrados – 315

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2006	2007
-----%	3.050%

Processos findos por:

	2006	2007
Mediação	0	77
Conciliação	0	34
Julgamento	0	71
Outros		60
motivos	1	
Total	1	242

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2006	2007
-----%	24,100%

Processos pendentes em:

31.12. 2006	31.12.2007
9	72

Recursos em 2007: 3, não providos 2 e sem decisão 1

Total de recursos desde a instalação: 3, não providos 2 e sem decisão 1

Duração média: 67 dias



Mediação extra-competência desde a instalação

J.P. de Lisboa: 2006 – 1 processo, findo por acordo
 2007 – 3 processos: 1 findo por acordo reduzido a escrito;
 1 findo por acordo não reduzido a escrito;
 1 findo por não comparência

J.P. de Oliveira do Bairro: 2006 – 2 em ambos alcançado acordo
 2007 – 0

J.P. do Seixal: 2006 – 2 processos findos por acordo
 2007 – 2 processos findos por acordo

J.P. de Vila Nova de Gaia: 0 processos

J.P. de Terras de Bouro: 2006 – 1 processo

J.P. de Vila Nova de Poiares: 2007 – 3 processos

J.P. Miranda do Corvo: 2005 – 2 processos findos
 2006 – 2 processos findos
 2007 – 2 processos findos

J.P. de St.^a Marta de Penaguião: 0 processos entrados

J.P. de Tarouca: 0 processos entrados

J.P. de Cantanhede: 2006 – 7 processos
 2007 – 5 processos

J.P. do Porto: Anos anteriores dados não disponíveis
 2007 – 37 processos

J.P. de Aguiar da Beira: 0 processos entrados

J.P. da Trofa: 0 processos entrados

J.P. de Sintra: 2007 – 1 processo findo por acordo

J.P. de Coimbra: 2006 – 5 processos
 2007 – 4 processos

J.P. de Santa Maria da Feira: 2006 – 1 processo sem acordo
 2007 – 1 processo sem acordo



N.º Processos decididos por equidade desde a instalação

J.P. de Lisboa: 2002 – 3 processos

J.P. de Oliveira do Bairro: 0 processos

J.P. do Seixal: 2004 – 1 processo

J.P. de Vila Nova de Gaia: 0 processos

J.P. de Terras de Bouro: 0 processos

J.P. de Vila Nova de Poiares: 0 processos

J.P. Miranda do Corvo: 0 processos

J.P. de St.^a Marta de Penaguião: 0 processos

J.P. de Tarouca: 0 processos

J.P. de Cantanhede: 0 processos

J.P. do Porto: 0 processos

J.P. de Aguiar da Beira: 0 processos

J.P. da Trofa: 0 processos

J.P. de Sintra: 0 processos

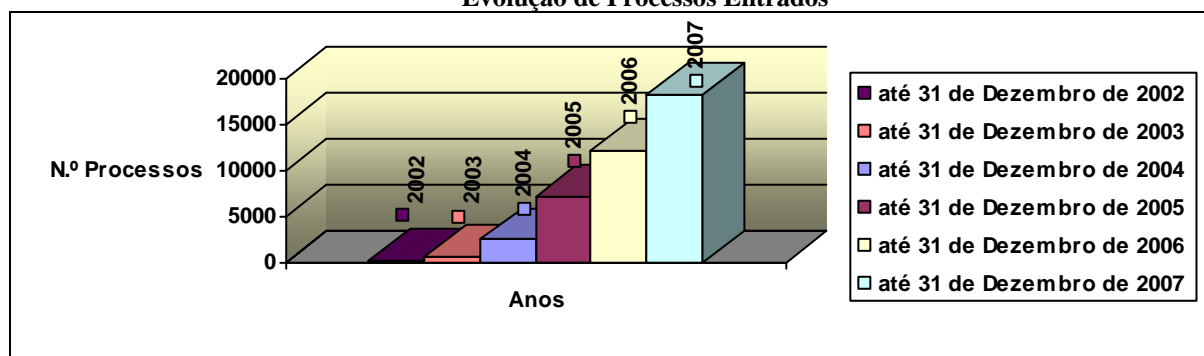
J.P. de Coimbra: 0 processos

J.P. de Santa Maria da Feira: 0 processos

Dados globais de todos os Julgados de Paz

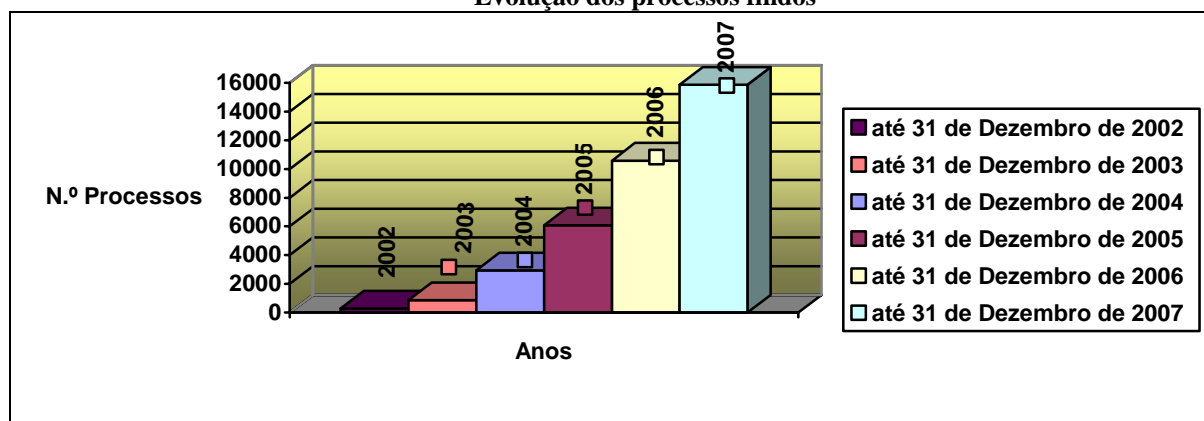
Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2002 – 337
 Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2003 – 697
 Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2004 – 2.533
 Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2005 – 7.107
 Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2006 – 12.204
 Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2007 – 18.206

Evolução de Processos Entrados



Total de Processos findos até 31 Dezembro de 2002 – 286
 Total de Processos findos até 31 Dezembro de 2003 – 867
 Total de Processos findos até 31 Dezembro de 2004 – 2.927
 Total de Processos findos até 31 Dezembro de 2005 – 6.075
 Total de Processos findos até 31 Dezembro de 2006 – 10.582
 Total de Processos findos até 31 Dezembro de 2007 – 15.864

Evolução dos processos findos





Número de processos entrados em cada ano

Processos entrados em 2002 – 337
Processos entrados em 2003 – 697
Processos entrados em 2004 – 2.533
Processos entrados em 2005 – 3.539
Processos entrados em 2006 – 5.097
Processos entrados em 2007 – 6.002

O crescimento de processos entrados entre o ano de 2002 e 2003 foi de 107%
O crescimento de processos entrados entre o ano de 2003 e 2004 foi de 263%
O crescimento de processos entrados entre o ano de 2004 e 2005 foi de 40%
O crescimento de processos entrados entre o ano de 2005 e 2006 foi de 44%
O crescimento de processos entrados entre o ano de 2006 e 2007 foi de 18%

Número de processos findos em cada ano

Processos findos em 2002 – 286
Processos findos em 2003 – 581
Processos findos em 2004 – 2.060
Processos findos em 2005 – 3.148
Processos findos em 2006 – 4.507
Processos findos em 2007 – 5.282

O crescimento de processos findos entre o ano de 2002 e 2003 foi de 103%
O crescimento de processos findos entre o ano de 2003 e 2004 foi de 255%
O crescimento de processos findos entre o ano de 2004 e 2005 foi de 53%
O crescimento de processos findos entre o ano de 2005 e 2006 foi de 43%
O crescimento de processos findos entre o ano de 2006 e 2007 foi de 17%



Percentagens globais de processos findos em cada ano

2002	N.º processos	Percentagem
Mediação	96	33,57%
Conciliação	73	25,53%
Julgamento	74	25,87%
Outros motivos	43	15,03%
Total	286	100%

2003	N.º processos	Percentagem
Mediação	224	38,55%
Conciliação	129	22,20%
Julgamento	144	24,79%
Outros motivos	84	14,46%
Total	581	100%

2004	N.º processos	Percentagem
Mediação	701	34,03%
Conciliação	399	19,37%
Julgamento	524	25,44%
Outros motivos	436	21,16%
Total	2.060	100%

2005	N.º processos	Percentagem
Mediação	914	29,03%
Conciliação	581	18,46%
Julgamento	882	28,02%
Outros motivos	771	24,49%
Total	3.148	100%



2006	N.º processos	Percentagem
Mediação	1144	25,38%
Conciliação	872	19,35%
Julgamento	1.249	27,71%
Outros motivos	1.242	27,56%
Total	4.507	100%

2007	N.º processos	Percentagem
Mediação	1.389	26,30%
Conciliação	902	17,08%
Julgamento	1.560	29,53%
Outros motivos	1.431	27,09%
Total	5.282	100%

TOTAIS GLOBAIS

Totais globais de 2002 a 2007	N.º processos	Percentagem
Mediação	4.468	28,16%
Conciliação	2.956	18,63%
Julgamento	4.433	27,95%
Outros motivos	4.007	25,26%
Total	15.864	100%

Eficácia de resolução entre os processos entrados e findos é em 2002 de 85%; 2003 de 83%; 2004 de 81%; 2005 de 87%, 2006 de 88% e em 2007 de 88%.

—————X—————



A duração média de dias da resolução dos processos entrados nos Julgado de Paz em 2002 foi de 30 dias.

A duração média de dias da resolução dos processos entrados nos Julgado de Paz em 2003 foi de 33 dias.

A duração média de dias da resolução dos processos entrados nos Julgado de Paz em 2004 foi de 41 dias.

A duração média de dias da resolução dos processos entrados nos Julgado de Paz em 2005 foi de 49 dias.

A duração média de dias da resolução dos processos entrados nos Julgado de Paz em 2006 foi de 50 dias.

Duração média de dias, da resolução de processos por Julgado de Paz em 2007:

Aguiar da Beira – 29 dias
Cantanhede – 78 dias
Coimbra – 53 dias
Lisboa – 58 dias
Miranda do Corvo – 36 dias
Oliveira do Bairro – 40 dias
Porto – 223 dias
Stª Maria da Feira – 67 dias
Stª Marta de Penaguião – 46 dias
Seixal – 50 dias
Sintra – 120 dias
Tarouca – 61 dias
Terras de Bouro – 38 dias
Trofa – 47 dias
Vila Nova de Gaia – 70 dias
Vila Nova de Poiares – 39 dias



A duração média de dias global de resolução de processos entrados em todos os Julgado de Paz em 2007 foi de 66 dias.

Duração média de dias global ponderada (sem o JP do Porto) de resolução de processos entrados em 2007 = 55 dias

Recursos

Total de recursos nos Julgados de Paz até 2004 – 31

Total de recursos nos Julgados de Paz em 2005 – 39

Total de recursos nos Julgados de Paz em 2006 – 51

Total de recursos nos Julgados de Paz em 2007 – 52

Total de recursos em 2007 desde a instalação dos Julgados de Paz = 173

Percentagem de recursos relativamente, aos processos entrados desde a instalação dos Julgados de Paz

Processos entrados = 18.206

Recursos interpostos = 173

Percentagem = 0,950%



Processos entrados, nos Julgados de Paz oriundos dos Tribunais Judiciais em 2007

J.P. Lisboa

- Em 2007 – 20 processos (2,18%)
- Total desde a instalação 23

J.P. Oliveira do Bairro

- Em 2007 – 0 processos
- Total desde a instalação – 0 processos

J.P. Seixal

- Em 2007 – 2 processos (0,45%)
- Total desde a instalação – 2

J.P. Vila Nova de Gaia

- Em 2007 – 3 processos (0.30%)
- Total desde a instalação – 11 processos

J.P. Miranda do Corvo

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Santa Marta Penaguião

- Em 2007 – 0 Processos
- Total desde a instalação 5 processos

J.P. Tarouca

- Em 2007 – 1 processo (0,78%)
- Total desde a instalação 6 processos

J.P. Terras de Bouro

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Vila Nova de Poiares

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Cantanhede

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Porto

- Em 2007 – 37 processos (3,39%)
- Total desde a instalação: 138

J.P. Aguiar da Beira

- Em 2007 – 0 processos
- Total desde a instalação: 5

J.P. Trofa

- Em 2007 – 2 processos (2,25%)
- Total desde a instalação: 3

J.P. Sintra

- Em 2007 – 0
- Total desde a instalação: 0

**J.P. Coimbra**

- Em 2007 – 1 processo (0,5%)
- Total desde a instalação: 1

J.P. Santa Maria de Feira

- Em 2007 – 0
- Total desde a instalação: 0

A percentagem de processos enviados pelo Tribunal Judicial para os Julgados de Paz no ano de 2007, relativamente, à totalidade de processos entrados, é de 0,866%